

ESPECIAL PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023

O governo Jair Bolsonaro (PL) apresentou nesta quarta (31) [Projeto de Lei Orçamentária Anual 2023](#) ao Congresso Nacional.

DESTAQUES:

- A **meta de déficit primário é de R\$ 63,7 bi (0,62% do PIB)** - menor que a meta da LDO que estimava um déficit de R\$ 65,9 bi.
- Os parâmetros usados se referem ao [RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS](#) do terceiro bimestre, e por isso os valores podem ser alterados

Parâmetros	2022		2023	
	LOA	Avaliação 3º Bimestre	LDO	PLOA
PIB real (%)	2,10	2,00	2,50	2,50
PIB Nominal (R\$ bilhões)	9.539,0	9.725,0	10.470,3	10.628,7
IPCA acum (%)	4,70	7,20	3,25	4,50
INPC acum (%) do ano anterior	4,25	7,41	3,25	4,86
IGP-DI acum (%)	5,42	11,51	4,42	4,55
Taxa Over - SELIC acum (%)	10,68	12,35	9,99	12,49
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	5,53	5,13	5,35	5,12
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	77,37	107,45	90,20	93,93
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.211,0	1.212,0	1.294,0	1.302,0
Massa Salarial Nominal (%)	12,59	18,09	4,33	10,30

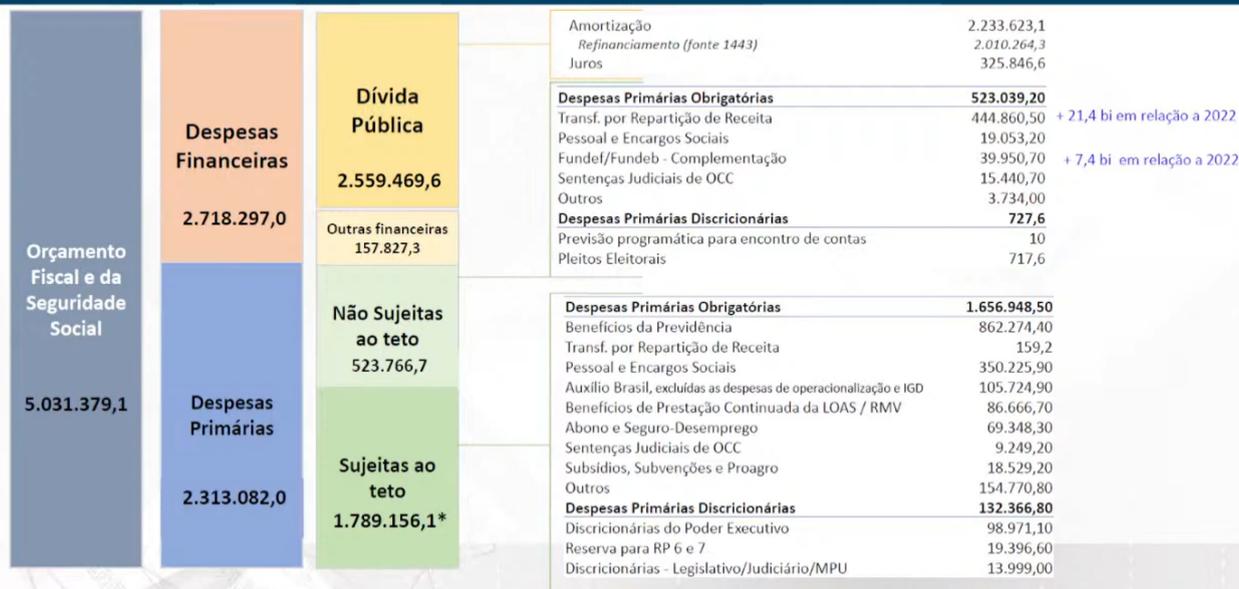
Fonte: SPE/SETO/ME.

Elaboração: SOF/SETO/ME.

- Chama a **atenção especialmente a projeção de crescimento do PIB para 2023 em 2,50%**. De acordo com as expectativas de mercado coletadas no [Relatório Focus](#), divulgado no dia 29 de agosto, **o PIB do ano que vem deve crescer 0,37%**.
- **R\$ 105,7 bilhões será destinado ao Auxílio Brasil**, com um benefício médio de **R\$ 405 atingindo 21,6 milhões de famílias**. Uma mensagem inusual encaminhada junto ao projeto contém a **promessa de Bolsonaro de buscar a retomada dos R\$ 600 no ano que vem**, mas sem detalhar como isso será feito. Não há espaço no teto de gastos para a parcela complementar, dado que o **custo desse aumento seria de R\$ 52 bilhões por ano (0,48% do PIB)**.
- **O salário mínimo não terá reajuste acima da inflação** pelo quarto ano seguido. A projeção é que ficará em **R\$ 1.302** (hoje é R\$ 1.212), mas o valor pode ser alterado a depender da inflação até o fim do ano.

- O **governo manteve o corte de tributos federais sobre combustíveis**, aplicado neste ano para conter a alta dos itens. **A renúncia fiscal estimada é de R\$ 52,9 bilhões no ano. O total de desonerações e incentivos fiscais é de R\$ 80,2 bi.**
- **Foram reservados R\$ 14,2 bilhões para reajuste ao funcionalismo.** O valor é suficiente para um **aumento de ao menos 4,85% linear geral.** Cerca de um milhão de servidores estão com salários congelados desde 2017.
- **As Emendas de Relator Geral (RP 9) tem previsão de R\$ 19,4 bilhões para 2023.** Contudo, esses recursos reservados já foram alocados nas despesas ministeriais de acordo com a forma como historicamente foi esse destino. É importante destacar que a LDO de 2023 inova ao exigir do Poder Executivo a **constituição de reserva para emendas de Relator Geral, no mesmo valor das emendas individuais e de bancada estadual.** Desse modo, o valor total das reservas orçamentárias que ficam nas mãos do Congresso diretamente é de **R\$ 38,8 bilhões.** (sendo R\$ 19,4 bi para RP 9 e R\$ 19,4 bi para emendas individuais e de bancada).
- **A correção da tabela do Imposto de Renda para Pessoas Física (IRPF) não foi contemplada na PLOA 2023.** O secretário Especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, destacou na [coletiva de imprensa](#) que esse ponto junto com o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600 serão discutidos com o Congresso após as eleições.

Orçamento em Grandes Números (R\$ milhões)



* O limite do teto é R\$ 1.800.279,0 milhões, tendo em vista que considera despesas não orçamentárias de que trata o § 10 do art. 107 do ADCT no valor líquido de R\$ 10.963,9 milhões

TRAMITAÇÃO

A proposta orçamentária será analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes de seguir para votação em sessão conjunta do Congresso. O relator-geral do Orçamento neste ano é o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Os 16 relatores setoriais também já foram definidos e devem apresentar pareceres sobre áreas temáticas específicas do Orçamento. Das 16 relatorias setoriais, seis ficaram com senadores:

- Confúcio Moura (MDB-RO) — Saúde
- Plínio Valério (PSDB-AM) — Cidadania e Esporte
- Irajá (PSD-TO) — Turismo e Cultura
- Rodrigo Cunha (União-AL) — Economia, Trabalho e Previdência
- Fabiano Contarato (PT-ES) — Meio Ambiente
- Eliane Nogueira (PP-PI) — Mulheres, Família e Direitos Humanos

A não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) não impede o início do recesso parlamentar no fim de cada ano (23 de dezembro até 02 de fevereiro do ano seguinte). De acordo com a Constituição, apenas a interrupção da sessão legislativa em julho está condicionada à aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Quando o orçamento não é aprovado no final de cada ano, o governo só pode executar, enquanto não aprovada a LOA do referido ano, as despesas constantes do projeto de lei orçamentária que a LDO autorizar.

Vetos à LDO

Além de discutir a LOA de 2023, senadores e deputados ainda precisam decidir sobre os vetos (VET 45/2022) do presidente Jair Bolsonaro ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023. A LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública federal e orienta a elaboração da LOA.

O PLN 5/2022 foi sancionado no dia 9 de agosto como Lei 14.436. Mas o chefe do Poder Executivo barrou 294 dispositivos do texto aprovado em julho pelos parlamentares. **Os vetos à LDO trancam a pauta do Congresso a partir de 9 de setembro.**

Lorena Laudares | Mestre em Ciência Política

(21) 98115-6831 - lorena.laudares@orama.com.br

As informações contidas neste material têm caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão de alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da Órama Investimentos, incluindo agentes autônomos e clientes, podendo também ser divulgado no site e/ou em outros meios de comunicação da Órama. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Órama.